

**“25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA: A AGRICULTURA  
DO RIO GRANDE DO SUL”**

**Álvaro Antônio Louzada Garcia**  
Economista, Coordenador Substituto.

**Marinês Z. Grandó**  
Economista.

**Elvin Maria Fauth**  
Economista.

**Salvatore Santagada**  
Sociólogo.

Este estudo interpreta, através do processo de acumulação de capital, as diferentes formas de atuação da agricultura gaúcha e seu desempenho na economia brasileira, ressaltando a importância do trabalho humano nesse processo e o caráter vital do setor agrícola para a reprodução da força de trabalho.

Historicamente, o desenvolvimento do sistema capitalista tem mostrado uma transferência de hegemonia do setor agrícola para o industrial. Quando a indústria passa a ser o setor de ponta no processo de acumulação, a agricultura assume um papel subsidiário, transferindo, para o setor industrial, uma parte do valor que nela é gerado.

Essa transferência de valor realiza-se através das funções que, tendencialmente, a agricultura exerce na acumulação. As tarefas históricas desse setor têm sido a de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, de fornecer matérias-primas e a de liberar mão-de-obra para as atividades urbano-industriais. Circunstancialmente, o setor agrícola pode desempenhar as funções de transferir recursos financeiros para as economias urbanas, de absorver produtos de origem industrial e de gerar divisas.

Encontram-se, na agricultura, diferentes formas de organização da produção. Se um determinado segmento produtivo tem por móvel a expansão do valor, emprega trabalho assalariado, utiliza máquinas e insumos modernos e produz essencialmente para o mercado, tem-se uma forma capitalista de produção. A forma não-capitalista de produzir se caracteriza pela produção para o autoconsumo e pela produção simples de mercadorias, utilizando para tanto mão-de-obra familiar.

Dependendo do momento histórico, essas formas de organização da produção podem apresentar as mais diversas combinações. O importante a ser ressaltado, no entanto, é que elas cumprem, cada uma a seu modo, as funções anteriormente citadas.

A agricultura estará viabilizando a função de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, se colocar no mercado alimentos a preços relativamente baixos. Isso será possível, se for diminuído o valor contido nesses alimentos ou se não for remunerado integralmente esse valor.

No primeiro caso, a agricultura capitalista, através de acréscimos de produtividade, diminui o tempo médio de trabalho necessário para produzir as mercadorias da cesta de consumo do trabalhador. Ao aumentar a produtividade, a agricultura estará gerando maiores excedentes de produção, evitando, assim, a inflação nos preços dos alimentos e a pressão dos trabalhadores por melhores salários.

O setor não-capitalista atua de maneira diversa na redução do custo de reprodução da mão-de-obra, via rebaixamento no preço dos produtos agrícolas. A pequena propriedade realiza uma troca de não equivalentes com o setor industrial. Isso porque "o tempo médio de trabalho contido no excedente físico do agricultor é maior que o tempo médio de trabalho requerido para produzir as mercadorias por ele adquiridas com o dinheiro proveniente da venda dos seus produtos".

Objetivando apenas o lucro mercantil, o pequeno produtor não contabiliza em seus custos as despesas com salários, com algumas matérias-primas e com o uso da terra. Por isso, seus produtos podem ser vendidos a preços abaixo do seu valor.

A agricultura não-capitalista atua ainda nesta função como fator influente na depreciação dos salários. Há agricultores que, apesar de venderem sua força de trabalho, conseguem manter em suas unidades produtivas a prática da policultura, garantindo parte de sua sobrevivência e, com isso, não onerando os capitalistas. Por outro lado, os minifundiários que perdem seus meios de produção, detêm um baixo padrão de vida que se reflete numa reduzida aspiração salarial, quando da venda de sua força de trabalho no mercado.

A função produtora de matérias-primas é viabilizada de forma análoga à função anterior: reduzindo o valor das mercadorias e trocando não-equivalentes. Nessa função, também é destaque o modo como os pequenos produtores participam. Por se encontrarem atomizados, esses agricultores, além do valor que comumente transferem devido a sua forma de produção, defrontam-se com um mercado oligopsônico que consegue impor preços mais baixos pelas matérias-primas que absorve.

A introdução de tecnologia na agricultura beneficia os setores urbanos da economia ao liberar mão-de-obra das tarefas rurais. A função de liberar mão-de-obra também é desempenhada pela agricultura não-capitalista, quando o processo de partição das terras se agudiza e obriga os agricultores a migrarem para a fronteira agrícola ou para as cidades, onde estarão aumentando a oferta de trabalho e depreciando o preço dos salários.

A agricultura organizada em moldes capitalistas de produção tem as melhores condições de gerar um excedente que, ao ser canalizado para o mercado externo, permite a captação de divisas para o País. É também esse segmento, com a constante necessidade de obter ganhos de produtividade, que se constitui em mercado para os meios de produção oriundos do setor industrial.

A agricultura não-capitalista, pela própria forma de organizar sua produção,

encontra maiores dificuldades para cumprir a função geradora de divisas. Constituiu-se, em absorvedora de produtos industriais por demandar bens leves de consumo.

Feitas as considerações teóricas, resta estabelecer a correspondência entre as formas de organização da produção já citadas e os segmentos produtivos geralmente utilizados nas análises da agricultura gaúcha.

Sendo assim, o segmento produtivo que pode ser associado à agricultura capitalista é a lavoura empresarial (arroz, trigo e soja), enquanto a forma de produção não-capitalista pode ser representada pela agropecuária colonial.

Na pecuária tradicional confrontam-se, na figura do grande proprietário, duas racionalidades antagônicas: como pecuarista, sua atividade é tida como basicamente capitalista; como proprietário de terras, suas características são de natureza não-capitalista.

Descreve-se, a seguir, as principais conseqüências do desenvolvimento capitalista na agricultura do Estado a nível de propriedade e uso da terra, composição da mão-de-obra e tecnologia agrícola.

A tendência histórica até 1960 apontou para dois movimentos na estrutura fundiária: o de concentração da propriedade no estrato superior e o de partição dos pequenos estabelecimentos. A partir de meados da década de 1960, percebe-se uma diferenciação entre as estruturas de propriedade e de uso da terra.

A rentabilidade de certas culturas, proporcionada pelos incentivos do Governo Federal e/ou boas perspectivas no mercado externo, possibilitou o fortalecimento da lavoura empresarial através do arrendamento. Dessa forma, pode-se afirmar que houve uma desconcentração no uso da terra, não ocorrendo, contudo, o mesmo fenômeno em relação à propriedade.

De outro lado, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não levou ao desaparecimento nem da pequena propriedade nem do latifúndio, mas articulou esses segmentos produtivos ao processo de acumulação nacional.

A introdução de técnicas modernas de produção, ao contrário do que se poderia esperar, não gerou desemprego no campo. Isso se deve ao fato de que a mecanização das lavouras foi adotada, principalmente, em terras que até então eram utilizadas pela pecuária extensiva, de baixa intensidade no uso da mão-de-obra.

Paralelamente a essa expansão do capital no campo, houve uma crescente concentração populacional nas pequenas propriedades, culminando em uma intensificação no processo de partição dessas unidades produtivas. Quando as terras que lhe cabiam já não eram suficientes para garantir a reprodução de sua família, o agricultor gaúcho migrou para os centros urbanos ou para a fronteira agrícola nacional. No primeiro caso, ao aumentar a oferta de mão-de-obra, forçou para baixo os salários urbanos. No segundo, o agricultor reproduziu, na fronteira agrícola, a forma de produção tradicional nas pequenas unidades e hoje constitui-se em reserva para uma nova expansão do sistema nacional.

A parte final do texto, procura associar os segmentos produtivos da agricultura do Rio Grande do Sul e os padrões históricos de acumulação.

A economia nacional passou, no período em análise, por dois padrões de acumulação de capital: o primeiro, indo até 1955, é caracterizado pela produção de bens de consumo não-duráveis; o segundo, a partir de 1956, foi comandado pelo setor produtor de bens duráveis de consumo.

Sabe-se que a acumulação regional é derivada da acumulação a nível nacional. São as especificidades de cada forma de organização da produção e seu grau de vinculação ao sistema de mercado que determinarão o condicionamento dos segmentos produtivos às mudanças na economia brasileira.

A lavoura empresarial, organizada em moldes capitalistas de produção e regida pelas leis de mercado é, por isso mesmo, mais sensível às transformações da política econômica.

A partir da década de 30, a economia brasileira passou por profundas transformações. A expansão e diversificação do parque industrial produtor de bens leves de consumo, ao aumentar consideravelmente o emprego, gerou uma crescente demanda por produtos agrícolas. Para reduzir o custo de reprodução da mão-de-obra (arroz e trigo) e poupar divisas necessárias à industrialização (trigo), intensificou-se a mecanização no campo gaúcho.

No período compreendido entre meados da década de 50 até a década seguinte, a lavoura empresarial apresentou sinais de um processo de reversão. Iniciou-se em 1956 uma alteração no padrão nacional de acumulação com a montagem de um novo setor calcado em bens duráveis de consumo.

A crescente concentração de renda na década de 60, como forma de adequar a demanda à oferta instalada, desacelerou o ritmo de crescimento dos salários urbanos e, em consequência, o daqueles setores que mais se aproximaram da evolução do consumo dos trabalhadores. Além disso, a tendência depressiva que persistiu na lavoura empresarial pode ser explicada pela desaceleração global da economia, pela política cambial da época e pelos altos índices inflacionários.

Um novo período expansivo desse segmento produtivo ocorreu a partir de 1968. Nessa época, tanto pelos incentivos dos mercados interno e externo, como pelo favorecimento de uma política governamental dirigida à expansão das culturas empresariais, acelerou-se novamente a mecanização na agricultura do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar a crescente demanda de soja no mercado internacional, estimulando o cultivo dessa oleaginosa e possibilitando a agricultura do Estado a cumprir a função de gerar divisas.

Resta acrescentar que, para seu mais recente período de expansão, a lavoura empresarial lançou mão de terras da pecuária tradicional e de mão-de-obra da agropecuária colonial.

A pecuária tradicional tem um duplo comportamento econômico. O importante é manter um dado nível de renda que pode ser alcançado através do lucro da própria atividade produtiva, ou por meio da renda da terra, quando ceder seu espaço econômico para o segmento capitalista. Isso permite um certo descompromisso deste segmento produtivo com os padrões de acumulação. Por outro lado, a reprodução ampliada da pecuária dá-se pela aquisição de terras e gado fora dos limites geográficos do Estado, normalmente na fronteira agrícola nacional.

No primeiro período da análise, até 1956, a pecuária tradicional perdeu definitivamente o mercado do charque, enquanto a bovinocultura cresceu a taxas razoáveis. Porém a dinamicidade do setor foi dada pela ovinocultura que manteve um significativo acréscimo em suas taxas de crescimento. Na fase seguinte, o estudo pode ser dividido em dois subperíodos: até 1966, atendendo a demanda interna e externa; a bovinocultura acelerou seu crescimento. Daí até 1968, houve uma reversão no processo de desenvolvimento desse segmento produtivo, reduzindo a média das taxas anuais de crescimento na totalidade do período 1956-68.

Finalmente, no último período da análise, 1968-75, embora obtendo acréscimos no seu valor bruto da produção, o mercado da pecuária gaúcha passou por profundas transformações, o que pode comprometer a sua futura expansão. O fechamento do mercado europeu à carne gaúcha, em 1973, sustou a possibilidade desse segmento produtivo continuar cumprindo a função geradora de divisas. Paralelamente, a nível interno, as alterações no perfil da demanda reabriram as perspectivas de colocação desse produto junto às camadas de alta renda da população. No entanto, o desenvolvimento da pecuária extensiva em outras regiões do País, a custos mais baixos quando comparados com o Rio Grande do Sul, impôs à pecuária gaúcha significativas perdas no mercado brasileiro. Nessas condições, o fazendeiro passou gradativamente a alugar suas terras à lavoura empresarial, o que permitiu manter seu nível de renda.

Estudando o desenvolvimento da agropecuária colonial, percebe-se que este segmento produtivo foi o que apresentou taxas de crescimento mais estáveis durante o período da análise. Isso é possível pela sua relativa desvinculação das flutuações do mercado capitalista, à medida que o fundamental de sua existência é a produção para o autoconsumo e não o lucro. Assim, o excedente de produção canalizado para o mercado deve permitir um lucro mercantil que é traduzido na compra de bens não passíveis de produção interna.

O exíguo pedaço de terra, normalmente em condições impróprias para a mecanização, inviabilizou a acumulação neste setor. Dessa forma, pode-se conceber a agricultura colonial como fronteira de reserva, uma vez que dela surgem novas possibilidades de produção que poderão ser desenvolvidas, quando oportuno, pela agricultura capitalista.